

**PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA DEFINIR A UNIDADE
GEOGRÁFICA ESPACIAL REGIONAL: CONDIÇÃO PARA PROMOVER O
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Sergio Luiz Zampieri, M.Sc.¹
Pedro Selvino Neumann, M.Sc.²
Rógis Juarez Bernardy, M.Sc.³
Roque Sánchez Dalotto, M.Sc.⁴
Walter Quadros Seiffert, M.Sc.⁵
Carlos Loch, Dr.⁶

Resumo: O objetivo deste artigo é dispor alternativas para promover o desenvolvimento local, com base em um espaço definido, não necessariamente coincidente com a região político administrativo. Em que pese, o conceito de região ser abstrato, faz-se necessário estabelecer critérios para defini-lo, con quanto, sugere-se que seja construído na ótica tradicional, a partir das regularidades ou diferenciações dos elementos do meio físico, econômico e político-institucional de forma integrada. A metodologia utilizada consistiu em identificar critérios para definir unidades territoriais de âmbito regional para o Estado de Santa Catarina, resultantes da inter-relação dos aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais. Deste modo, foi possível estabelecer espaços geográficos, contendo os contornos físicos das regiões homogêneas: (i) meso; (ii) microrregiões do IBGE; (iii) regiões; e (iv) bacias hidrográficas, das regiões polarizadas: (i) econômicas; e (ii) associações de municípios e das regiões administrativas institucionais: (i) pesquisa e extensão rural. Conclui-se que a regionalização é condição relevante para promover o desenvolvimento regional sustentável. Contudo, deve ocorrer a partir da menor célula, o município, sob um novo olhar, em que se considere o meio rural, não mais, como sinônimo de problemas, mas, portador de soluções para o setor urbano. Portanto, receitas comuns, não são mais recomendadas, sugere-se em contrapartida, desenhar unidades territoriais regionais, considerando as especificidades e o contexto local, de modo, a integrar as ações e os planos dos diferentes órgãos públicos, a fim de gerar caminhos que resultem no equacionamento dos problemas ambientais e sociais da área em estudo.

Palavras-chaves: desenvolvimento regional; espaço geográfico; unidade territorial regional; gestão territorial; cadastro técnico multifinalitário rural.

¹ EPAGRI/Ciram e UFSC - Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas na UFSC. Área - Gestão Ambiental. End. Rua Gaspar Dutra, 440/404 - Bloco A. Bairro Estreito. 88.075-100 - Florianópolis SC. E-mail: zampieri@eps.ufsc.br

² Professor da Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas na UFSC. E-mail: psneuman@eps.ufsc.br

³ Licenciado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil na UFSC. Área - Cadastro Técnico Multifinalitário. E-mail: ecv3rjb@ecv.ufsc.br

⁴ Professor da Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Doutorando em Engenharia Civil na UFSC. Área - Gestão Territorial. E-mail: sanlotto@hotmail.com

⁵ Técnico da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Engenharia Civil na UFSC. Área - Gestão Territorial. E-mail: seiffert@zaz.com.br

⁶ Professor Titular. Departamento de Engenharia Civil da UFSC. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Área Cadastro Técnico Multifinalitário. E-mail: loch@ecv.ufsc.br

1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O presente artigo é um dos resultados preliminares do Grupo de Pesquisa em Cadastro, Meio Ambiente e Desenvolvimento Local, vinculado ao Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da UFSC. A pesquisa tem por objeto propor metodologia para identificar unidades geográficas regionais para o Estado de Santa Catarina, de modo a interagir com estudos com o mesmo propósito nas demais unidades da Federação, o grupo entende que o mesmo, enquadra-se como um pressuposto aglutinador que pode promover o desenvolvimento local sustentável.

Os aspectos decorrentes das transformações de ordem qualitativa e quantitativa, que ocorrem no espaço rural, conduzem os seres humanos a novos desafios, tendo como eixo principal, ações e estratégias, cujo objetivo é promover o desenvolvimento local. Neste sentido, faz-se necessário compreender a dinâmica e a complexidade dos processos que envolvem o rural, considerando todas as facetas, desde a cultural, passando pela vertente econômica e social. Sendo assim, devem ser considerados novos paradigmas, como: gestão ambiental; racionalidade; ecologia e baixo consumo.

O desenvolvimento sustentável insere-se na crescente importância da relação **homem x ambiente** e decorre dos efeitos combinados da globalização dos mercados e da Revolução Científica e Tecnológica. Na avaliação de BUARQUE (1995); PESSOA *et al.* (1997) diferentes ritmos e velocidades alteram radicalmente a base competitiva das nações e dos espaços econômicos. As vantagens locacionais do pós-guerra, marcada até o início dos anos 70, pela abundância de recursos naturais, baixos salários e reduzidas exigências ambientais, desloca-se no limiar do milênio para o padrão de excelência.

A síntese deste pensamento manifesta-se na proposta de desenvolvimento sustentável, uma utopia para mobilizar energias e influenciar as decisões da sociedade. Entretanto, por mais paradoxal, quando o mundo vivenciou a utopia do socialismo, não conseguiu minorar as adversidades dos pobres e miseráveis. Nesta perspectiva, SOUZA (1993) afirma que o confronto ideológico, produto da miséria, leva-o a acreditar que a fome é um produto da luta pelo socialismo, esta, no futuro poderia acabar com a miserabilidade, ao final de um período de convivência inevitável. De fato, restaria denunciar a responsabilidade do capitalismo pela produção da miséria.

O mundo realmente não é o ideário protagonizado pelo socialismo utópico. Sucumbiram barreiras, referências, mitos e muros. As teorias acabaram por negar estas promessas. Em contrapartida, o capitalismo continua protagonizando miséria, ao passo que o socialismo avançou sem conseguir eliminá-la. SACHS (1997) argumenta é difícil afirmar que os países que trilharam o socialismo real, geraram maiores custos sociais e ecológicos, em razão da adoção de um padrão de crescimento econômico irrefletido.

Este fato implica admitir que não há um único modelo de percurso para o desenvolvimento das regiões, mas, múltiplos, em que as diferenciações se reproduzem e são importantes, antes e depois do desenvolvimento. Estas, em vez visar os aspectos negativos, com o intuito de eliminá-los, serão compreendidas como aspectos positivos a valorizar, tornando-se um elemento estrategicamente importante, que pode determinar a competitividade de determinado espaço geográfico (área delimitada).

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS DIFERENCIAS TERRITORIAIS

O conceito de “região” é abstrato, cuja definição é impossível sem que se estabeleça, “a priori”, um critério de conceituação para cada critério pré-estabelecido, o que corresponde a demarcações diferentes, em que as regiões têm em comum, áreas contínuas e localizadas (FERRARI,1982). Estas, representam um espaço precisamente definido, não necessariamente coincidente com a região administrativa.

As diferenciações territoriais são resultantes da inter-relação dos aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais, que caracterizam uma realidade. Neste contexto, cada área em particular, é de fato um caso de combinação única entre fatores internos e destes com o exterior, é justamente esta circunstância que determina a competitividade de um espaço geográfico, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontre.

A compreensão dos padrões de diferenciação dos espaços, torna imprescindível uma análise rigorosa dos complexos processos que compõem e conformam cada localidade ou região. Assim sendo, as políticas de desenvolvimento devem reconhecer e se utilizar dessa diversidade. Portanto, receitas comuns válidas para todos os lugares, não constituem as mais adequadas, da mesma forma, as abordagens e as proposições

verticalizadas que simplificam e ignoram as diferenças locais.

3 A REGIÃO A UNIDADE BÁSICA DE GESTÃO TERRITORIAL

3.1 O ENFOQUE REGIONAL

O estudo dos processos de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas, conforme DANS (1993) torna-se imprescindível considerar dois fatos relevantes: a globalização da economia e o desenvolvimento dos mercados regionais no marco dos movimentos de integração.

O processo de globalização econômica expressa-se na crescente competição transnacional, enquanto, o de regionalização social compreende um crescente esforço das sociedades regionais para elaborar e sustentar seus projetos endógenos de desenvolvimento. Viabilizando esses dois processos, aparentemente contraditórios, emerge um outro processo, altamente dinâmico, o de descentralização política que resulta na flexibilização das relações entre os agentes de desenvolvimento.

Nesse cenário, redimensionam-se os espaços de decisão, assumindo relevância o papel do município e da região, como um *locus* privilegiado de definição das políticas públicas, substituindo aos grandes projetos tecno-burocráticos geridos pelos governos centrais. Desta forma, assumem relevância os estudos que buscam desenvolver uma abordagem mesológica do desenvolvimento, orientados na perspectiva da compreensão das transformações do espaço regional contemporâneo. O esforço de crítica exige a superação do debate clássico sobre o desenvolvimento, que contrapõem as abordagens macrosociais, com ênfase nos processos estruturais do desenvolvimento capitalista e as microsociais, configurada nos fatores endógenos a cada sociedade.

SARACENO (1997) destaca que o percurso do desenvolvimento econômico até os anos 60, ocorreu de modo unilinear. Em que as diversidades territoriais eram concebidas como disparidades do desenvolvimento, estas eram vistas em termos negativos e seriam reequilibradas por meio da livre mobilidade dos fatores produtivos, tendo por objetivo sempre eliminá-las.

Assim, qualquer que fosse espaço geográfico, antes ou depois, este seguiria estágios semelhantes de desenvolvimento, em que as políticas poderiam ser sempre as mesmas para qualquer área. Como consequência, as abordagens desenvolvimentistas do tipo “de cima para baixo”, se justificam desde o momento em que eram imaginados os objetivos e instrumentos a fim de promover a transformação de áreas desfavorecidas, logo, a repetição de um percurso já testado era a garantia de sucesso (SARACENO, 1997).

No entanto, a partir dos 70 começa-se a reconhecer (principalmente na Europa) o fato de que as diferenciações territoriais são o resultado da inter-relação entre aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade, determinada conjuntamente com as ligações de natureza variada que ela tem com o resto do mundo (o mercado global). Cada área é de fato um caso de combinação única entre fatores internos e destes com o exterior, circunstâncias que determinam a competitividade, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Isto implica admitir que não há um modelo de percurso, mas, múltiplos e que as diferenciações se reproduzem e são importantes. Portanto, neste contexto as políticas mais adequadas são tipo “de baixo-para-cima”, porque emergem das necessidades e anseios, corroborado pelo fato de consideram as especificidades locais.

A implementação de planos de desenvolvimento afeta, freqüentemente, interesses discrepantes que só podem ser reconciliados por consensos e a aceitação de regras locais. A GTZ (1998); STUMPF (1998) evidenciam que somente a participação pode assegurar que as políticas e reformas legais espelhem a complexidade do tecido econômico e social, é mister, a participação anda de mãos dadas com a descentralização.

Contudo, foram os problemas ambientais e sociais contemporâneos que trouxeram realmente uma nova perspectiva para o desenvolvimento regional. Desde a Conferência das Nações Unidas para Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, o mundo passou a procurar conceitos regionais inovadores para o desenvolvimento local sustentável.

Assim, emerge a necessidade de construir estratégias para promover o desenvolvimento local, garantindo a sustentabilidade do processo no médio e longo prazo. Em que o enfoque da economia regional têm por base um espaço precisamente definido, não necessariamente coincidente com uma região administrativa. Idealmente,

ele seria delimitado pela maior área contígua em que tenha lugar o fenômeno da comutação e/ou haja permuta de quantidades relevantes de bens e serviços segundo um padrão consistente.

3.2 A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL - ENTRE O URBANO E RURAL

O processo crescente de diferenciação do espaço rural fez com que o conceito de rural perde-se progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, contrapondo-se ao urbano. Em parte, porque as outras atividades paralelas ou integradas a agricultura variam muito segundo o contexto, devido ao modo como algumas funções foram incorporadas ou adaptadas no ambiente rural.

A compreensão de que o rural contribui com numerosos e diversos modos com os interesses da sociedade, obriga a busca de uma melhor compreensão das múltiplas funções do rural. No entanto, a própria agricultura tem dimensões sociais e ambientais singulares, em que pese, a função primordial da agricultura continue sendo a de produzir alimentos e produtos básicos. Entretanto, ela gera também uma gama de produtos e serviços não primários, que configuram o meio ambiente, afetam os sistemas sociais e culturais, contribuindo para o crescimento econômico (FAO, 1999).

A diferenciação espacial do binômio urbano-rural foi significativa até o momento em que os processos de urbanização/industrialização funcionaram de modo “clássico”, ou seja, concentrando nos centros urbanos e esvaziando das zonas rurais os recursos aí acumulados na época pré-industrial. A direção foi linear e pré-determinada, em que o rural sempre perdeu. Na ótica de SARACENO (1997), existe um vício conceitual na identificação clássica do rural, diferenciando o espaço de maneira não neutra.

Portanto, a noção de rural deveria ser estritamente territorial ou espacial, não identificada com um setor de atividades. As transformações ocorridas no rural implicam que as políticas devem considerar as zonas rurais com necessidades novas, típicas das sociedades que ocupam os espaços urbanos, entre eles: critérios para zoneamento, em que se define área industrial, de moradia e de preservação ambiental, além das áreas exclusivamente agrícolas e pecuárias.

WANDERLEY (1999) corrobora ao afirmar que a sociedade brasileira parece perceber o meio rural com um novo olhar. Embora, quase sempre visto como fonte de miséria, isolamento, currais eleitorais, entre outros problemas. Atualmente denota-se que o rural, já passa a ser percebido igualmente como portador de soluções.

Por outro lado, constata-se que o mundo rural não pode ser mais estudado como um mundo fechado, como um objeto de estudo isolado, mas, como um espaço territorial e geográfico. Neste espaço, devem ser analisados os problemas da sociedade global, tais como, se revelam em condições particulares, isto implica, em privilegiar instrumentos transversais e interdisciplinares, de planejamento e gestão para este espaço.

As políticas brasileiras, no entanto, parecem estar alheias a este novo olhar sobre o rural. Vias de regra, acabam colocando restrições quanto: (i) a área mínima para fracionamento, definida pelo modulo rural; (ii) atividades não agrícolas em programas de assentamentos; (iii) exclusão da classificação de chácaras de recreio para efeito de incidência do ITR; (iv) legislação específica para disciplinar construções em loteamentos rurais e áreas de lazer; (v) conflito entre a legislação sanitária e a indústria artesanal rural; (vi) inexistência de políticas de incentivo a habitação rural; e (vii) restrição de crédito para pequenos agricultores (SILVA, 1999).

O setor agrícola está sujeito aos contingenciamentos advindos da crise permanente que o afeta, corroborado pelo confronto da expansão do perímetro urbano. Logo, a noção de rural deveria ser estritamente territorial ou espacial, não podendo ser identificada como um setor de atividades.

Aqui, não se está propondo a diluição do conceito do rural ou a eliminação das diferenças entre o urbano e o rural, mas, a afirmação da permanência do rural, enquanto, um espaço integrado, porém específico e diferenciado. O caráter multifuncional do espaço rural permite uma maior compreensão da combinação das sinergias, soluções e compromissos para alcançar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento.

Assim as regiões estão sujeitas a determinados processos espontâneos e característicos, manifestado por NOGUEIRA (1994) em três níveis: (i) **das cidades**, devido ao acelerado crescimento e ao intenso intercâmbio sócio-cultural, em contrapartida ao esvaziamento e decadência das pequenas cidades; (ii) **das áreas rurais**, na migração para as cidades, provocando a concentração e fragmentação da

propriedade, os baixos salários e a decadência; e (iii) **o ambiente natural**, na exploração dos recursos naturais e consequente transformação do meio natural.

O espaço regional, é de fato o lugar do encontro entre esses dois mundos. Porém, nele, as particularidades não são anuladas, ao contrário, são fontes de integração e de cooperação. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos, mas, a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos, sob muitos aspectos, em que se reitera e viabilizam particularidades (WANDERLEY, 1999).

Portanto, faz-se necessário considerar a dinâmica regional na abordagem das questões urbanas, em que se destaca: (i) **a migração inter-regional**, responsável pelo crescimento urbano; (ii) **o estilo de urbanização** e crescimento urbano contribuem para acentuar problemas ambientais regionais, no atendimento das demandas de água e tratamento do esgoto e lixo; e (iii) **a distribuição espacial da população** pode provocar impactos diretos no ambiente, consumo d'água e produção de resíduos.

Na verdade o que está em questão é o reconhecimento do papel desempenhado pelo território, visto como um espaço de interação entre atores sociais. Afinal, o espaço não é um substrato neutro e passivo, sobre o qual repousa a organização social, mas, ponto de partida material por excelência. Possui conteúdo histórico e ao mesmo tempo, em que condiciona as atividades humanas e é por elas transformadas.

3.3 A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O crescimento demográfico, a expansão industrial e a urbanização acelerada provocaram o aumento e a diversificação do uso da água. A poluição ambiental passou a ser um fenômeno global, com repercussões localizadas e bem definidas. Cursos d'água foram atingidos e sua recuperação tem sido difícil e onerosa. As disputas têm gerado conflitos, tornando-a um bem econômico.

Este contencioso, causa preocupação na administração d'água e suas fontes, faz-se então necessário planejar mediante controle o uso deste bem natural, racionalizando e limitando as aplicações, assim como, a preservação de suas fontes. Esta concepção gerencial necessita traduzir-se em instrumentos de gestão e normas, bem como, intervenções programadas e acompanhadas de modificação comportamental.

Para as Ciências Ambientais, a bacia hidrográfica contém o conceito de integração. Seu uso e aplicação para estudos de problemas ambientais são fundamentais, pois contém informações físicas, biológicas e socioeconômicas. A solução de muitos problemas ambientais está intimamente afeta com as preocupações e objetivos vinculados a sua integridade e manutenção. Uma questão básica que trata da gestão dos recursos hídricos é a definição da unidade espacial de gestão. A **bacia hidrográfica** tem sido a unidade consensual quando o critério de definição se apóia na observação da natureza e no conhecimento do ciclo hidrológico.

4 PRESSUPOSTOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA

Apesar de ser um Estado em que predomina o minifúndio rural, constata-se que existe diversidade quanto à ocupação do solo, seja, no tipo de cultivo, ou, na industrialização destes produtos, na comercialização e nas condições agroecológicas. Enfim, corroboram as características culturais e a diversidade que interferem no desempenho econômico das diferentes regiões catarinenses. Portanto, as singularidades devem ser analisadas, quando se pretende empreender programas de desenvolvimento, quando o intuito é impulsionar os fatores que resultam em sustentabilidade, desde que tenham como pressuposto, avaliar e considerar as diferenças regionais.

O objetivo é analisar, sob a visão das ações regionais, os critérios usados para definir as unidades espaciais de instituições federais e estaduais para o Estado de Santa Catarina. O procedimento metodológico adotado consistiu em pesquisar as diferentes unidades territoriais regionais catarinenses, pressuposto para promover a gestão do desenvolvimento local sustentável. O artigo salienta a necessidade de unificação na definição das unidades espaciais regionais, pois a maior parte das ações desenvolvidas exige a integração entre os diferentes organismos de desenvolvimento.

4.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO

Adotam-se, comumente, dois critérios para definir uma região de planejamento: critérios de homogeneidade e de interação ou interdependência. Conforme for utilizado,

o primeiro ou o último critério, resultam, respectivamente, dois tipos de região de planejamento:

Região Homogênea: definida como a área física, contínua e localizada, caracterizada pela presença de elementos físicos, econômicos e sociais. Todavia, uma região jamais será perfeitamente homogênea. A delimitação da região homogênea de um território qualquer seria a superposição de mapas em mesma escala, de acordo com diferentes fatores de homogeneização (mapas temáticos). Esta superposição permite demarcar as grandes manchas, contendo, cada uma, as diferentes regiões homogêneas simples, comuns a todas elas.

Região Polarizada ou Nodal: ocorre quando resulta da ação recíproca das atividades econômicas e sociais de uma cidade pólo, que exerce dominância principal e dos pólos secundários. A característica do pólo será sempre de caráter industrial ou de prestação de serviços.

Regiões Administrativas Institucionais: sua definição ou delimitação depende do objetivo determinado, o conceito tem sido largamente empregado como mecanismo de controle ou de ação do Estado. De fato não é definida obrigatoriamente, por nenhum dos critérios dados, pode assumir a denominação de região programa, plano ou problema.

A região tradicionalmente utilizada pelos planejadores é definida a partir de regularidades ou diferenciações quanto aos elementos do meio físico, econômico e político-institucional, sendo que estes elementos nem sempre são abordados de forma integrada.

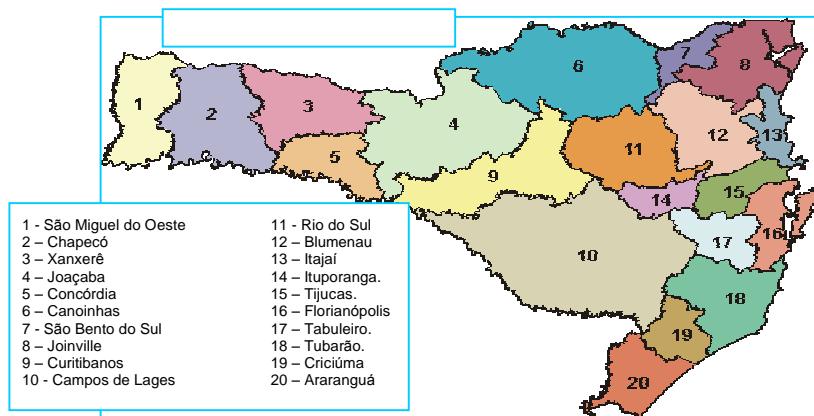
4.2 REGIONALIZAÇÕES DE SANTA CATARINA

A seguir descreve-se os principais tipos de regionalização do Estado de Santa Catarina: (i) **regiões homogêneas:** mesorregiões e microrregiões do IBGE; regiões das bacias hidrográficas; (ii) **regiões polarizadas ou nodais:** regiões econômicas; associações de municípios; e (iii) **regiões administrativas institucionais:** unidades de planejamento regional da Epagri.

4.2.1 Regiões Homogêneas

a) Mesorregiões do IBGE: 1. Oeste Catarinense; 2. Norte Catarinense; 3. Serrana; 4. Vale do Itajaí; 5. Grande Florianópolis; 6. Sul Catarinense.

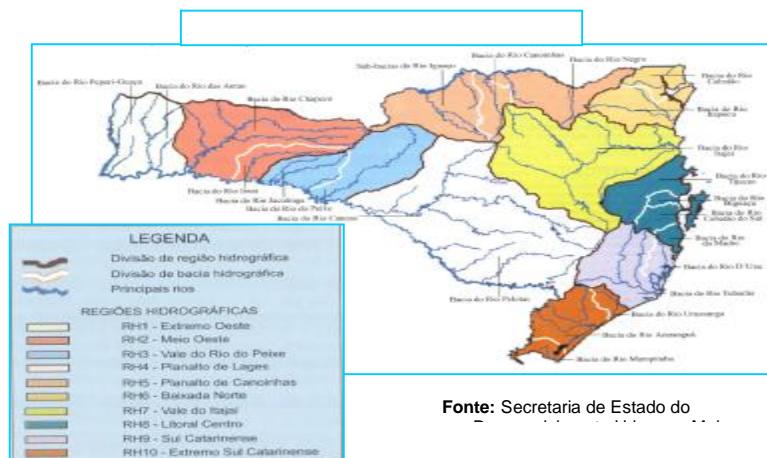
b) Microrregiões do IBGE: 1. São Miguel do Oeste; 2. Chapecó; 3. Xanxerê; 4. Joaçaba; 5. Concórdia; 6. Canoinhas; 7. São Bento do Sul; 8. Joinville; 9. Curitibanos; 10. Campos de Lages; 11. Rio do Sul; 12. Blumenau; 13. Itajaí; 14. Ituporanga; 15. Tijucas; 16. Florianópolis; 17. Tabuleiro; 18. Tubarão; 19. Criciúma; 20. Araranguá.



Fonte: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul

Figura 1 Mapa das micro-regiões do IBGE do Estado de Santa Catarina

c) Regiões das Bacias Hidrográficas: 1. Extremo Oeste; 2. Meio Oeste; 3. Vale do Rio do Peixe; 4. Planalto de Lages; 5. Planalto de Canoinhas; 6. Baixada Norte; 7. Vale do Itajaí; 8. Litoral Centro; 9. Sul Catarinense; 10. Extremo Sul Catarinense.



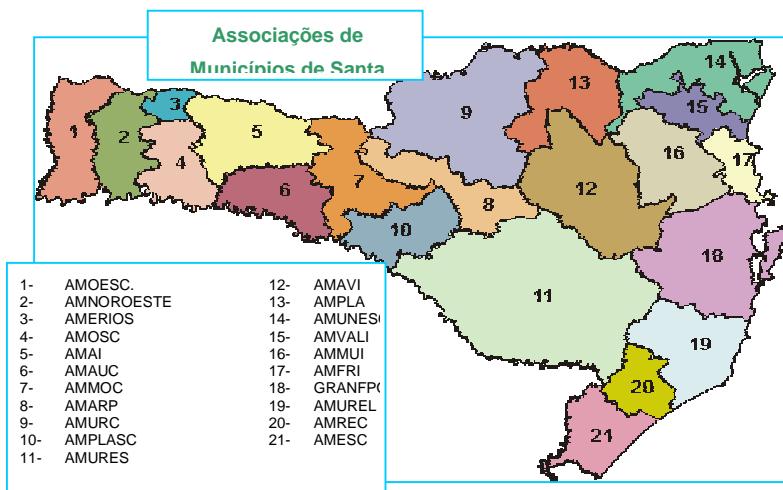
Fonte: Secretaria de Estado do

Figura 2 Mapa das Regiões das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina

3.2.2 Regiões Polarizadas ou Nodais

a) Regiões econômicas: 1. Oeste; 2. Norte; 3. Nordeste; 4. Vale do Itajaí; 5. Planalto; 6. Litoral; 7. Sul.

b) Associações de municípios: 1. Amoesc; 2. Amnoroeste; 3. Amerios; 4. Amosc; 5. Amai; 6. Amauc; 7. Ammoc; 8. Amarp; 9. Amurc; 10. Amplasc; 11. Amures; 12. Amavi; 13. Ampla; 14. Amunes; 15. Amvali; 16. Ammui; 17. Amfri; 18. Granfpolis; 19. Amurel; 20. Amrec; 21. Amesc.



Fonte: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do

Figura 3 Mapa das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina

3.2.3 Regiões Administrativas Institucionais

Esta regionalização foi adotada pela Empresa de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), cujo objetivo era circunscrever um espaço físico para proceder aos estudos básicos regionais, com o intuito de suportar o processo de planejamento municipal/regional e programático da Epagri.

A metodologia adotada por Zampieri *et al.* (1996), utilizou e comparou os mapas do Estado de Santa Catarina, contendo diferentes regionalizações: (i) divisão política das associações de municípios; (ii) zoneamento agroecológico realizado pela EPAGRI em onze regiões; (iii) microrregiões polarizadas e mesorregiões do IBGE (iv) as catorze regiões administrativas da EPAGRI; e (v) as bacias hidrográficas.

Os critérios adotados para regionalizar, considerando a ordem de importância: (i) **regiões agroecológicas**, onde o critério básico de diferenciação foi à classificação climática de Köppen modificada, considerando aspectos térmicos e hídricos, associados à vegetação original do Estado de Santa Catarina, além do componente geomorfológico usado como elemento complementar; (ii) **critério geográfico**, propondo um desenho ou formato para cada região para facilitar os intercâmbios entre os diferentes pontos de cada unidade; (iii) **ajustes para compatibilizar** a reunião de associações de municípios, de modo a formar unidades de planejamento; e (iv) atender ao mesmo tempo, os **critérios de ordem geográfica, ambiental e socioeconômica**, contemplados nos mapas das microrregiões polarizadas, mesorregiões e das bacias hidrográficas.

Considerando os critérios definidos, Zampieri *et al.* (1996) subdividiram o Santa Catarina em oito unidades de planejamento regional (UPR): 1. Oeste Catarinense; 2. Meio Oeste Catarinense; 3. Planalto Sul Catarinense; 4. Planalto Norte Catarinense; 5. Alto Vale do Itajaí; 6. Litoral Norte Catarinense; 7. Região Metropolitana; 8. Litoral Sul Catarinense.

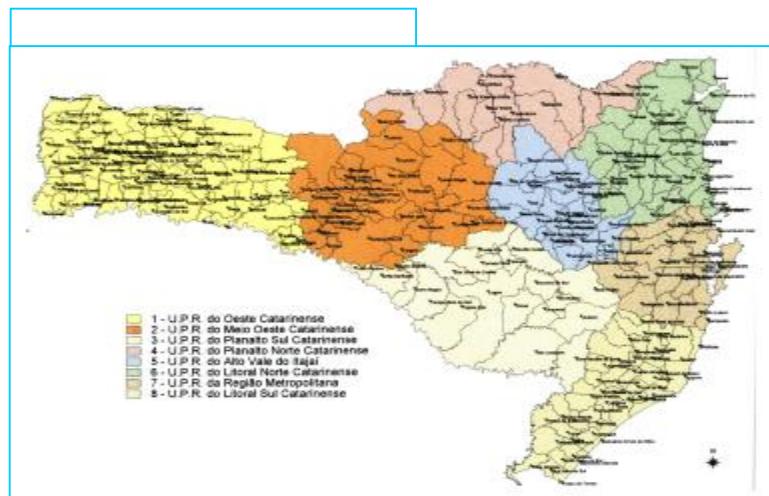


Figura 4 Mapa das Unidades de Planejamento Regionais da Epagri (Santa Catarina)

4 RECOMENDAÇÕES

O estudo permitiu verificar que a regionalização é uma condição relevante para proceder processos, com o intuito de interagir fatores para otimizar o desenvolvimento, nas sociedades contemporâneas. Logo, a regionalização a partir da menor célula, o

município, adquire um papel privilegiado para definir políticas públicas, sob uma nova ótica, que considera o meio rural, não mais, como sinônimo de problemas, mas, numa perspectiva de fornecer soluções para o setor urbano.

O estudo possibilitou identificar que as diferenciações territoriais resultam da inter-relação dos aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais, na definição de critérios para as unidades territoriais no âmbito regional. Espaço este, em que ocorre uma combinação singular, entre fatores internos e destes com o exterior, circunstâncias que determinam níveis de competitividade no *locus* geográfico. Portanto, receitas comuns, não se são recomendadas para realidades diferentes, para cada situação, sugere-se identificar novos desenhos de unidades territoriais regionais, de modo que se integre ações e planos de diferentes órgãos para promover o processo de desenvolvimento integrado regional, suportado na diversidade de opções.

O contexto desta nova ordem, está permeado nos conceitos de globalização da economia e do desenvolvimento dos mercados regionais, onde se vislumbra um cenário de possibilidades, na forma de ameaças e oportunidades. Contudo, os problemas ambientais e sociais devem ser o foco da nova perspectiva que considere um desenvolvimento regional sustentável.

Os critérios propostos para a regionalização, devem considerar o conceito de região, como uma abstração, na qual é impossível estabelecer um critério pré-estabelecido que corresponda a uma demarcação diferente daquela da região de planejamento. Sugere-se adotar em análises preliminares, dois critérios para definir uma região de planejamento, com base na homogeneidade e na interdependência. Desde que se considere para tanto, a região homogênea; região polarizada e a região programa como um mecanismo de controle da ação do estado.

A região deve ser construída numa ótica tradicional, a partir das regularidades ou diferenciações quanto aos elementos do meio físico, econômico e político-institucional, abordados de forma integrada. No caso da regionalização do Estado de Santa Catarina, optou-se em utilizar o padrão: regiões homogêneas: nas mesorregiões, micro-regiões do IBGE e bacias hidrográficas; regiões polarizadas: regiões econômicas e associações de municípios; regiões administrativas institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUARQUE, Sergio. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável (versão preliminar)*. Recife: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1995. 73p.
- DANS, G. D. *Integración y Desarrollo Regional*. IN: DANS, G. D. & VASSALLO, M. *Integración y Desarrollo Regional en Áreas de Frontera*. Montevideo: EPPAL, 1993.
- FAO. *The Multifunctional Character of Agriculture and Land*. Maastricht. The Netherlands, 1999.
- FERRARI, Célon. *Curso de Planejamento Municipal Integrado*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora. 3º Edição. 1982.
- GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. *Guiding Principles: Land Tenure in Development Cooperation*. GTZ, German, 1998.
- PESSOA, Maria, LUCHIARI, Ariovaldo Jr. FERNANDES, Elisabeth, LIMA, Magda. *Principais modelos matemáticos e simuladores utilizados para a análise de impactos ambientais das atividades agrícolas*. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1997. 83p. (Embrapa-CNPMA. Documentos, 8).
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. Trad. Anne Sophie de Pontbriand - Cristilla de Lassus Vieira. In: FREIRE, P. P. & WEBER, Jacques (Org). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. p.469-494. Original francês.
- SARACENO, E. *Urban-Rural Linkages, Internal Diversification and External Integration: A European Experience*. Seminário Internacional: Interrelación Rural - Urbana y Desarrollo Decentralizado, Taxco, México: FAO/ONU. 1997.
- SILVA, J. G. *O Novo Rural Brasileiro*. Instituto de Economia. São Paulo: UNICAMP. 1999.
- SOUZA, Herbert. O Pão Nossa. In: VEJA 25 ANOS. *Reflexões para o futuro*. São Paulo: Ed. Abril, 1993. p.15-22.
- STUMPF, M. *Facilitating Rural de Development Projects By Means of Citizen Participation*. XXI Congresso da FIG, Brighton 1998, Congress Proceedings, Commission 7, Julho 1998.
- ZAMPIERI, Sergio Luiz, MIOR, Luiz Carlos, SPIES, Airton, LOCK, Carlos, et al. Regionalização do Estado de Santa Catarina para a realização de estudos básicos regionais visando o desenvolvimento sustentável. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 11p.